

**INSTRUMENTO DE 1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA**

"MBDG LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS LTDA - EPP"

NIRE N°. 35225298626

Pelo presente instrumento particular, **BRUNO DENUNCI GIANNINI**, nascido em 05/08/1986, brasileiro, solteiro, administrador hoteleiro, portador da cédula de identidade R.G. nº 35.318.758-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 347.934.348-19, residente e domiciliado na Rua Baiás, nº 156 - Boaçava - em São Paulo, Capital - CEP 05469-040, e **MARCO DENUNCI GIANNINI**, nascido em 18/09/1988, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade R.G. nº 35.318.759 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 230.608.998-19, residente e domiciliado Rua Baiás, nº 156 - Boaçava - em São Paulo, Capital - CEP 05469-040, únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **MBDG LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS LTDA - EPP**, com sede na Rua Domingos de Moraes, 254 - CJ 102B - Vila Mariana, - CEP 04010-000, em São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ sob nº 13.475.410/0001-30, com seu ato constitutivo arquivado na Jucesp sob nº 35225298626, resolvem de comum acordo efetuar a alteração contratual, que se regerá segundo as cláusulas e condições seguintes:

Resolvem os sócios alterar o objeto social da empresa com a inclusão do Comércio Varejista de máquinas para secar mãos.

Com a alteração o objeto social passará a ter a seguinte redação:

"Cláusula 4ª - O objeto social será a locação de bens móveis e o comércio varejista de máquinas para secar mãos.

Por fim decidem os sócios, p.p. a solidariedade do contrato social

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA MBDG LOCAÇÃO DE BENS MOVEIS LTDA -
EPP**

CAPÍTULO 1

Da Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração

Cláusula 1ª - A sociedade operará sob a denominação de "**M BGD LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS LTOA - EPP**", e será regida pelo presente contrato social e pelas disposições legais aplicáveis.

Cláusula 2ª - A sociedade terá sede e foro jurídico na Rua Domingos de Moraes, nº 254 - cj 1026, Vila Mariana, em São Paulo, Capital, CEP 04010-000.

Parágrafo Único A sociedade poderá, por deliberação dos quotistas, abrir, transferir e/ou encerrar filial de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional, fixando, para os fins legais, o capital de cada uma delas, a ser destinado do capital social.

Cláusula 3ª - A sociedade tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Objeto Social

Cláusula 4ª - O objeto social será a locação de bens móveis e o comércio varejista de máquinas para secar mãos.

CAPÍTULO III

Do Capital Social

Cláusula 5ª - O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real)

cada uma, subscritas é i nt; n: rzad 3? "este ato em moeda corrente nacional e assim di-stri Üidas r,tre OS,só.ci-OS:

- **Bruno Denunci Gian ni n t**,: v c .;n 5.000 (cinco mil) quotas no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- **Marco Denunci Giannini**, com 5.000 (cinco mil) quotas no valor de R\$ 5.000 (cinco mil reais).

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade dos sócios, nos termos do artigo 1052, do Novo Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, está limitada ao valor total de suas quotas sociais, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo - Cada quota conferida ao seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais, as quais serão adotadas nos modos e formas previstos neste instrumento.

CAPÍTULO III

Da Administração

Cláusula 6ª - Excetuando os atos para os quais se exigem a deliberação expressa dos quotistas, enumerados na Cláusula 8ª, a sociedade será administrada por todos os sócios, que se obriga por ato ou assinatura agindo isoladamente ou por ato ou assinatura de dois procuradores agindo em conjunto.

Parágrafo Único - A sociedade poderá nomear procuradores para atos específicos com prazo determinado no instrumento de mandato.

Cláusula 7ª - Quaisquer atos praticados pelos sócios administradores envolvendo obrigações relacionadas com negócios e operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais ou quaisquer garantias em favor de terceiros, bem como aqueles enumerados na Cláusula 8ª são expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito.

CAPÍTULO IV

Das Deliberações dos Sócios

Cláusula 8ª - Dependem da deliberação dos sócios, a ser tomada em reunião ou assembléia, convocada na forma prevista no presente contrato social, além de outras matérias indicadas na lei, as seguintes:

- i) a aprovação das contas da administração;
- ii) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- iii) a destituição dos administradores;
- iv) o modo de sua remuneração;
- v) a modificação do contrato social;
- vi) a incorporação, fusão, consolidação, cisão, dissolução ou liquidação da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- vii) a nomeação e a destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- viii) a compra, venda, permuta, cessão, promessa de compra, promessa de venda, promessa de permuta ou promessa de cessão de quaisquer bens, móveis ou imóveis, ou direitos pertencentes à sociedade;
- ix) a constituição de hipoteca, penhor, penhora, caução, anticrese ou qualquer outra forma ou modalidade de garantia em bens ou direitos pertencentes à sociedade;
- x) a assunção, cessão ou transferência de direitos e/ou obrigações em nome da sociedade;
- xi) a aprovação dos planos comerciais e orçamentos anuais;

Cláusula 9ª As deliberações sociais acerca das matérias enumeradas na Cláusula 8ª serão tomadas da seguinte forma:

- a) pelos votos correspondentes, no mínimo, a $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, nos casos previstos nas letras "v" e "vi" da Cláusula 8ª;
- b) pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos demais casos.



5

Parágrafo 2º - Os sócios terão o direito dentro dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social para aprovação do balanço.

Cláusula 14 - Os prejuízos eventualmente apurados serão destinados à conta de "prejuízos acumulados", para posterior compensação com lucros futuros ou suportados pelos sócios, na proporção de sua participação no capital social. Os lucros verificados anualmente, por resolução de sócios que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social, poderão ser:

- i) utilizados para compensação de prejuízos acumulados;
- ii) distribuídos aos sócios, na proporção de sua participação no capital social;
- iii) distribuídos desproporcionalmente entre os sócios;
- iv) retido, total ou parcialmente, em conta de lucros acumulados ou reservas da sociedade;
- v) capitalizados.

Cláusula 15 - A sociedade poderá levantar balanços semestrais, ou de períodos inferiores, para o fim de apurar os lucros do período neles compreendidos, podendo tais lucros ser distribuídos ou capitalizados por deliberação de sócios, na forma da Cláusula 14.

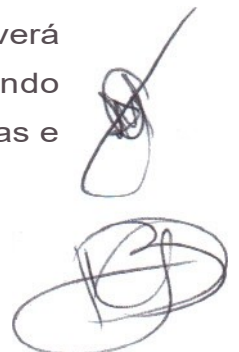
Parágrafo Único - A sociedade poderá pagar aos sócios juros sobre o capital próprio, observadas as prescrições legais acerca do assunto.

CAPÍTULO VI

Da Cessão e Transferência das Quotas Sociais

Cláusula 16 - As quotas da sociedade são indivisíveis e é vedada sua venda, cessão, transferência, dação em garantia e/ou oneração sem o expresso e escrito consentimento dos sócios que representem a maioria do capital social.

Cláusula 17 - O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá notificar, por escrito, os demais sócios de sua intenção, indicando desde logo a quantidade de quotas oferecidas, o preço das quotas e

Handwritten signature and a circular stamp, likely a company seal, located at the bottom right of the page.

as condições de pagamento é o- ifom...L dô(s) proponente(s). os demais sócios deverão, no- ,gf a-zõ de c;O: f n o v e:r!_ta } : d i as optar entre (i) exercer o direito de preferência adquirindo as quotas nas condições da oferta; (ii) declinar do direito de ;;>r .S:f.er ência e aceitar o novo sócio na sociedade; (iii) promover a apuração dos haveres do sócio retirante.

Parágrafo Único - Caso os sócios optem pela apuração dos haveres do sócio retirante, proceder-se-á na forma do disposto na Cláusula 19.

Cláusula 18 - A sociedade não se dissolverá com a morte ou incapacidade civil, judicialmente declarada, de qualquer dos sócios, prosseguindo com os sócios remanescentes, apurando-se, neste caso, os haveres dos herdeiros e/ou sucessores do sócio morto ou declarado incapaz.

Cláusula 19 - Os haveres do sócio morto, retirante ou declarado incapaz, serão calculados com base em avaliação prévia contratada e/ou aprovada pelos sócios quotistas detentores d; pelo menos, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, com o emprego de métodos que conduzam ao real e efetivo valor do universo social, seja ele representado por bens materiais ou materiais. o pagamento dos haveres será realizado em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem juros e devidamente corrigidas monetariamente segundo a variação do IPC/FIPE, vencendo-se a primeira no prazo de 30 (trinta) dias do evento.

Parágrafo Único - As quotas pertencentes ao sócio morto ou declarado incapaz serão sempre pagas aos herdeiros e/ou sucessores na forma instituída no *caput* desta cláusula, não a-ssi st i n d o a eles o direito de ingressarem na sociedade.

Cláusula 20 - O sócio que, de forma reiterada, agir em desacordo com o objeto social, colocando em risco a atividade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade, com conduta comercial ou profissional possa vir em desabono da sociedade ou acarretar danos ou prejuízo a esta, pondo em risco a continuidade da empresa, poderá ser excluído da mesma pelo sócio que represente a mais que a

metade do capital social, está arquivado; já, autorizado o órgão de registro competente a arquivar este instrumento de alteração contratual.

Parágrafo 1º - A exclusão deverá ser determinada em reunião de quotistas especialmente convocada para esse fim, dando-se ciência ao sócio acusado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, e a ele permitindo o comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo 2º - Os haveres do sócio excluído obedecerão aos mesmos critérios estabelecidos neste instrumento para os herdeiros e/ou sucessores do sócio morto ou para o sócio retirante.

CAPÍTULO VII

Da Dissolução e Liquidação

Cláusula 21 - No caso de liquidação da sociedade, o procedimento estabelecido em lei será adotado e observado, com a nomeação, por sócios representando a maioria do capital social, de um ou mais liquidantes, para operar a sociedade durante a liquidação, devendo o acervo apurado ser partilhado entre os sócios na proporção de sua participação no capital social.

CAPÍTULO VIII

Do Conselho Fiscal

Cláusula 22 - Os sócios poderão, se julgar conveniente, instituir Conselho Fiscal, composto de 3 (três) ou mais membros, sócios ou não, a serem eleitos em reunião especialmente convocada para tal fim, ficando assegurado aos sócios que representem, no mínimo, 15% (quinze por cento) do capital social o direito de eleger, separadamente, um dos membros do conselho fiscal.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal, quando instituído, terá as atribuições fixadas pelos sócios em reunião e aquelas determinadas na lei.

- CAPÍTULO IX -
Da Lei, i Apl á-!..!!

Cláusula 23 - Este contrato social, em caso de omissão do código civil, reger-se-á subsidiariamente pelas disposições contidas na lei das sociedades anônimas (lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores).

CAPÍTULO X
Das Disposições Transitórias

Cláusula 24 - Os sócios e os sócios administradores nomeados declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena de, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CAPÍTULO XI
Do Foro

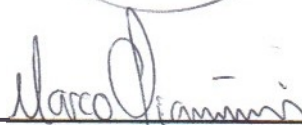
Cláusula 25 - Os sócios elegem o foro Central da Capital de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento, com renúncia aos demais, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assistindo justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Paulo, 18 de junho de 2013.



Bruno Denunci Gianni



Marco Denunci Gianni

Testemunhas:

1) 

Nome: Severino Ramos de Lima

RG: 50.500 JA-0-J-SP-S.P

CPF: 1.111.011-01

2)

Nome: Carlos da Rocha Lima Filho

RG: 913.863 SSP/PE

CPF: 104.737.424-20

